Art. 2.º A alínea e) do artigo 52.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 52.º

Nomeação

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Investigadores mediante concurso baseado na análise curricular, de entre assessores com, pelo menos, cinco anos de serviço na categoria e média de classificação não inferior a 16 valores ou *Muito bom* no último triénio.

Art. 3.º O quadro do pessoal da DGCI, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/85, de 28 de Fevereiro, é alterado conforme o mapa II anexo ao presente decreto regulamentar.

Art. 4.º Ao pessoal técnico superior dedicado a tarefas de investigação do CEF será igualmente aplicável o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 105.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio.

Art. 5.º O investigador nomeado para dirigir o CEF, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, poderá optar pelo vencimento correspondente à respectiva categoria.

Art. 6.º O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Aníbal António Cavaco Silva — Miguel José Ribeiro Cadilhe — Luís Francisco Valente de Oliveira.

Promulgado em 27 de Fevereiro de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 4 de Março de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

MAPA I

Quadro do pessoal técnico superior dedicado a tarefas de investigação do Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

Categoria	Letra de vencimento
Investigador jurista	A
Investigador economista	A
Assessor jurista	B
Assessor economista	B
Especialista jurista	C
Especialista economista	C
Jurista	E
Economista	E

MAPA II

Alteração ao quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/85, de 28 de Fevereiro.

Número de funcionários	Categoria ou cargo	Letra de vencimento
Pessoal técnico superior		
A — Pessoal do Centro de Estudos Fiscais		
6	Jurista	E
5	Economista	E
5	Especialista jurista	C
4	Especialista economista	C
5	Assessor jurista	B
4	Assessor economista	B
5	Investigador jurista	A
4	Investigador economista	A

Portaria n.º 190/87

de 18 de Março

Tendo sido oportunamente requerida a constituição de uma sociedade de capital de risco e mostrando-se o processo instruído nos termos legais:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/86, de 5 de Fevereiro, o seguinte:

1.º É autorizada a constituição de uma sociedade de capital de risco sob a denominação PROMINDUSTRIA — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A., conforme foi requerido pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e outros.

2.º A PROMINDUSTRIA deverá adoptar os estatutos que foram submetidos à apreciação do Banco de Portugal e que mereceram o parecer favorável deste.

Ministério das Finanças.

Assinada em 24 de Fevereiro de 1987.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 191/87

de 18 de Março

Considerando que aos Serviços Sociais do Ministério da Saúde incumbe assegurar a acção social complementar em relação aos funcionários do seu Ministério;

Considerando, assim, que o lugar de chefe da Divisão de Prestações Sociais dos referidos Serviços deve ser provido de entre os indivíduos com perfil ade-